

INTERTEXTUALIDADE E POLIFONIA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS¹

INTERTEXTUALITY AND POLYPHONY: SIMILARITIES AND DIFFERENCES

Silvana Laurini Rossato² e Célia Helena Peregrini Della Múa³

RESUMO

Em sua trajetória, os estudos realizados pela Lingüística Textual e pela Análise do Discurso enfocaram temas como a intertextualidade e a polifonia. O objetivo, no presente trabalho, é discutir intertextualidade e polifonia, buscando encontrar pontos em que as duas concepções se aproximam ou diferenciam. Para tanto, foram analisados trechos de textos retirados de jornais, nos quais se encontraram casos de intertextualidade e de polifonia, sendo que esses serviram para exemplificar e apresentar pontos de convergência ou divergência entre ambas, já que as reflexões acerca do assunto incluem argumentos sobre suas possíveis semelhanças.

Palavras-chave: texto, intertextualidade, polifonia.

ABSTRACT

In their way, the studies performed by the Textual Linguistics and by the Discourse Analysis have focused themes like intertextuality and polyphony. The aim of this study is to discuss intertextuality and polyphony, searching to find points in which two conceptions come close together or part away. Therefore, some fragments of texts taken from newspapers were analyzed, in which cases of intertextuality and polyphony were found, and those were used to exemplify and present the converging and diverging points between both theories, since the considerations upon the fields include statements about their possible similarities.

Keywords: text, intertextuality, polyphony.

1 Monografia de Especialização em Língua Portuguesa - UNIFRA.
2 Aluna do Curso de Especialização em Língua Portuguesa - UNIFRA.
3 Orientadora - UNIFRA.

INTRODUÇÃO

Desde seu surgimento, as pesquisas que versam sobre Lingüística Textual e Análise do Discurso vêm aprofundando os conceitos sobre intertextualidade e polifonia (KOCH, 2000, 2002; MAINGUENEAU, 1997; BRANDÃO, 1996). Para Koch (2004), um dos principais temas, a que se tem dedicado a Lingüística Textual, é justamente a intertextualidade. Uma das afirmações apresentadas pela autora é que o conceito de intertextualidade é mais restrito que o de polifonia, já que aquela é uma das principais manifestações desta.

A proposta, neste artigo, é analisar trechos de textos retirados de jornais (em anexo), buscando encontrar pontos convergentes ou divergentes entre intertextualidade e polifonia. Os textos foram escolhidos pela autora deste estudo, a qual, por meio de seu conhecimento de mundo, procurou encontrar casos que pudessem ser analisados à luz das teorias postas. Ressalta-se que não se buscou, em nenhum momento, esgotar todas as possíveis ocorrências de intertextualidade ou de polifonia presentes nos textos, já que, para tanto, o leitor depende de seu conhecimento prévio, motivo pelo qual a análise de trechos parece ser mais pertinente ao objetivo aqui proposto.

LINGÜÍSTICA TEXTUAL: BREVE HISTÓRICO

Na segunda metade da década de 60, época do surgimento da Lingüística Textual, o objeto privilegiado de estudo era a coesão, muitas vezes equiparada à coerência, já que ambas eram vistas como qualidades ou propriedades do texto. A ampliação do conceito de coerência, que ocorreu na década de 80, deu-se por meio da adoção de uma perspectiva pragmático-enunciativa, quando, então, passou-se a postular que a coerência não constitui simplesmente propriedade ou qualidade do texto em si, já que ela se constrói, em situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma gama de fatores de ordem lingüística, cognitiva, sociocultural e interacional. Nessa época, despontam com maior vigor os estudos pelo processamento cognitivo do texto (KOCH, 2004).

A década de 90, entretanto, é tomada por forte tendência sociocognitivista. Desde então, desenvolveram-se as investigações na área de cognição, as questões relativas ao processamento do texto (produção e compreensão), a representação do conhecimento na memória, a ativação de tais sistemas de conhecimento (processamento), as estratégias sociocognitivas e interacionais nele envolvidas, entre muitas

outras, passaram a ocupar o centro dos interesses de estudiosos do campo (KOCH, 2004).

Assim, a partir da década de 90, além do destaque dado aos processos de organização dos textos, assumem grande importância as questões de ordem sociocognitiva, que englobam temas como referenciação, inferenciação, acessamento ao conhecimento prévio, etc.. A par dessas questões, o tratamento da oralidade e da relação oralidade/escrita e o estudo dos gêneros textuais, conduzido a partir da perspectiva bakhtiniana, ocupam lugar de destaque nas pesquisas sobre o texto (KOCH, 2004).

O Texto: definições

Segundo Koch (2000, p. 7), “o processo de produção textual, no quadro das teorias sociointeracionais da linguagem, é concebido como atividade interacional de sujeitos sociais, tendo em vista a realização de determinados fins.” Ou seja, todo texto produzido tem uma finalidade que só será alcançada a partir do momento em que os sujeitos interagem e cooperam um com o outro, ao menos no que se refere à comunicação.

De acordo com a Koch (2000, p. 21), desde as origens da Lingüística Textual, até nossos dias, o texto foi visto de várias formas, como:

- a) unidade lingüística (do sistema) superior à frase;
- b) sucessão ou combinação de frases;
- c) cadeia de pronominalizações ininterruptas;
- d) cadeia de isotopias;
- e) complexo de proposições semânticas.

Já no interior de orientações de natureza pragmática, o texto passou a ser encarado:

- a) pelas teorias acionais, como uma seqüência de atos de fala;
- b) pelas vertentes cognitivistas, como fenômeno primariamente psíquico, resultado, portanto, de processos mentais; e
- c) pelas orientações que adotam por pressuposto a teoria da atividade verbal, como parte de atividades mais globais de comunicação, que vão muito além do texto em si, já que este constitui apenas uma fase deste processo global.

Dessa forma, o texto deixa de ser considerado uma estrutura acabada (produto), sendo, então, abordado em seus processos de planejamento, verbalização e construção, conforme as considerações da autora:

(...) o texto pode ser concebido como resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende

processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social. Trata-se de uma atividade consciente, criativa, que compreende o desenvolvimento de estratégias concretas de ação e a escolha de meios adequados à realização dos objetivos; isto é, trata-se de uma atividade intencional que o falante, de conformidade com as condições sob as quais o texto é produzido, empreende, tentando dar a entender seus propósitos ao destinatário através da manifestação verbal (KOCH, 2000, p. 22).

A partir disso, entendemos que textos resultam de ações coordenadas de indivíduos atuantes socialmente. Textos são atividades verbais produzidas por um indivíduo que deseja alcançar um fim, fim esse que esteja em conformidade com as condições sob as quais a atividade verbal se realiza e com as condições sociais que imperam.

Conforme Marcuschi (1983, p. 12-13), a *Linguística do Texto* deve ser vista, genericamente, como o estudo das operações linguísticas e cognitivas que regulam e controlam a produção, a construção, o funcionamento e a recepção de textos escritos ou orais. “Seu tema abrange a coesão superficial ao nível dos constituintes linguísticos, a coerência conceitual ao nível semântico e cognitivo e o sistema de pressuposições e implicações a nível pragmático da produção do sentido no plano das ações e intenções”. A *Linguística Textual* trata o texto como um ato de comunicação no universo de ações humanas. “Por um lado deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguístico abordado no aspecto da coesão e, por outro, deve considerar a organização reticulada ou tentacular, não linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas.”

Como propriedade definidora do texto, respaldamo-nos em Koch (2000, p. 25), que afirma:

“Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido. Uma vez construído um – e não o – sentido, adequado ao contexto, às imagens recíprocas dos parceiros da comunicação, ao tipo de atividade em curso, a manifestação verbal será considerada coerente pelos interactantes. E é a coerência assim estabelecida que, em uma situação concreta de atividade verbal – ou, se assim quisermos, em um “jogo de linguagem” – vai levar os parceiros da

comunicação a identificar um texto como texto.”

Para a autora, o processamento textual como atividade interindividual, quer em termos de produção, quer de compreensão, também deve ser visto como uma atividade não só de caráter lingüístico, como também de caráter sociocognitivo. “Nessa atividade de produção textual, os parceiros mobilizam diversos sistemas de conhecimentos que têm representados na memória, a par de um conjunto de estratégias de processamento de caráter sociocognitivo e textual” (2000, p. 26).

ANÁLISE DO DISCURSO: BREVE HISTÓRICO

Maingueneau (1976), apud Brandão (1996), afirma que foram os formalistas russos que abriram espaço para o surgimento, nos estudos lingüísticos, do que se chamaria mais tarde “discurso”. “Operando com o texto e nele buscando uma lógica de encadeamentos ‘transfrásticos’, superam a abordagem filológica ou impressionista que até então dominava os estudos da língua” (p. 15).

Foi na década de 50 que se deu a constituição de uma análise do discurso enquanto disciplina, o que ocorreu, de um lado, com o surgimento do trabalho de Harris (*Discourse Analysis*, 1952), o qual “mostra a possibilidade de ultrapassar as análises confinadas meramente à frase, ao estender procedimentos da lingüística distribucional americana aos enunciados (chamados discursos), e, de outro lado, os trabalhos de R. Jakobson e E. Benveniste sobre a enunciação” (BRANDÃO, 1996, p. 15).

Para Brandão (1996, p. 15):

Embora a obra de Harris possa ser considerada o marco inicial da análise do discurso, ela se coloca ainda como simples extensão da lingüística imanente na medida em que transfere e aplica procedimentos de análise de unidades da língua aos enunciados e situa-se fora de qualquer reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção que vão distinguir e marcar posteriormente a Análise do Discurso.

Por outro lado, Benveniste, ao afirmar que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos” (BRANDÃO, 1996, p. 15), dá importância ao sujeito falante no processo da enunciação. Ao falar em locutor, ele questiona a relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo. Essa relação será

o cerne das reflexões da análise do discurso em que o enfoque da posição socioistórica dos enunciadores ocupa um lugar de grande destaque.

Segundo Orlandi (1986), essas duas direções vão determinar maneiras diferentes de pensar a teoria do discurso: a que corresponde à perspectiva americana, entendendo-a como uma extensão da Lingüística e outra que considera o “enveredar para a vertente do discurso o sintoma de uma crise interna da Lingüística, principalmente na área da Semântica (que corresponderia à perspectiva européia)”.

Essas afirmações são confirmadas na passagem a seguir:

Essa visão nos diz que o conceito de teoria do discurso, como extensão da Lingüística, aplicado à perspectiva técnica americana, pode ser justificado por nela se considerarem frase e texto como elementos isomórficos com análises diferenciando apenas em graus de complexidade. Vê-se o texto de uma forma redutora, não se preocupando com as formas de instituição do sentido, mas com as formas de organização dos elementos que o constituem (BRANDÃO, 1996, p. 16).

Existe, ainda, uma concepção européia que se opõe a essa da Análise do Discurso como extensão da Lingüística, que, para Orlandi, parte de “uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer, colocando a exterioridade como marca fundamental” (BRANDÃO, 1996, p. 16).

Sobre isso, Maingueneau (2000) nos propõe que a análise do discurso como uma disciplina que, “em vez de proceder a uma análise lingüística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu “contexto”, visa a articular sua enunciação sobre um certo lugar social” (p. 13). Ela relaciona-se, portanto, com os gêneros do discurso existentes no espaço social, como por exemplo, um café, uma escola, uma loja, ou com campos discursivos, como o político, o científico, entre outros. Além disso, a análise do discurso é constituída de várias ciências humanas. “Há analistas do discurso mais sociólogos, outros mais lingüistas, outros mais psicólogos” (p. 14). Nos Estados Unidos, é na antropologia que se baseia a análise do discurso, enquanto que, na França, desenvolveu-se, nos anos de 1960, uma análise do discurso de tendência lingüística marcada pelo marxismo e pela psicanálise.

O que interessa à Análise do Discurso, ou seja, seus objetos, são, conseqüentemente, correspondentes ao que se chama, com freqüência, de formações discursivas, referindo de modo mais ou menos direto

Foucault (1995) que, através deste conceito, entende “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. (MAINGUENEAU, 1997, p.14)

Sucintamente, Maingueneau (1997, p.18-21) nos diz que a Análise do Discurso não é uma parte da lingüística que estudaria os textos, da mesma forma que a fonética estuda os sons, mas ela atravessa o conjunto de ramos da lingüística. Poder-se-ia dizer que a AD de “primeira geração” (p. 21), aquela dos fins dos anos 60 e início da década de 70, procurava evidenciar as particularidades de formações discursivas (o discurso comunista, socialista, etc.) considerados como espaços quase auto-suficientes, apreendidos a partir de seu vocabulário. “A AD de segunda geração, ligada às teorias enunciativas, pode ser lida como uma reação sistemática contra aquela que a precedeu” (p. 21).

A Perspectiva teórico-francesa

Em Maingueneau (2000), encontramos que, na metade dos anos 60, surge um conjunto de pesquisas que foram consagradas, em 1969, com publicação do número 13 da revista *Langages*, intitulado a “A Análise do discurso”, e de *Analyse Automatique du Discours*, de Pêcheux (1938–1983). O núcleo dessas pesquisas, que formou grupos no exterior, sobretudo nos países francofônicos e nos de línguas românicas, “foi um estudo do discurso político, efetuado por lingüistas e historiadores, com uma metodologia que associava a lingüística estrutural e uma “teoria da ideologia”, inspirada, ao mesmo tempo, na releitura da obra de Marx por Althusser e na psicanálise de Lacan” (p. 70). Buscavam-se relações entre o ideológico e a lingüística, evitando reduzir o discurso à análise da língua ou, ao contrário, de dissolver o discursivo no ideológico. Desfazendo a ilusão que o sujeito do discurso tem de estar “na origem do sentido” (p. 70), a Escola francesa privilegiava os procedimentos de análise dos textos: “tratava-se de fazer aparecer o discurso como uma plenitude enganosa, cuja análise devia revelar a “inconsistência” fundamental, relacionando-o ao trabalho de forças inconscientes” (p. 70).

Para Maingueneau (1987), apud Brandão (1996, p. 17), a chamada “escola francesa de análise do discurso filia-se a uma tradição intelectual européia (e sobretudo da França) que une reflexão sobre texto e sobre história. Nos anos 60, sob do estruturalismo, a intelectualidade francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, uma articulação

entre a lingüística, o marxismo e a psicanálise. A Análise do Discurso nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não só de lingüistas, como também de historiadores e de alguns psicólogos; e a uma determinada prática escolar, de “explicação de texto”, muito em voga na França, do colégio à Universidade, nos anos anteriores a 1960.

Num quadro teórico que alia o lingüístico ao socioistórico, na Análise do Discurso, temos duas palavras-chave: ideologia e discurso. Segundo Chauí (1980), o termo “ideologia” foi criado pelo filósofo Destutt de Tracy, em 1818, na obra *Elements de idéologie*. Sendo sinônimo de atividade científica, preocupava-se com análises da capacidade de pensar, tratando as idéias como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (p. 23). Para Althusser (1974), a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência, existe em função de aparelhos ideológicos, assumindo um caráter moldador de ações. No que se refere a discurso, Foucault (1995) diz ser um conjunto, uma família de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva, na qual diversas posições de subjetividade podem manifestar-se, eliminando o sujeito do enunciado como fonte geradora de significações.

As principais correntes que influenciam a Análise do Discurso francesa são, primeiro, a ideologia com os conceitos de Althusser e, segundo, do lado do discurso, as idéias de Foucault. Pêcheux, um dos estudiosos de maior destaque na Análise do Discurso, elabora seus conceitos sob a dos trabalhos desses dois teóricos. “De Althusser, a mais direta se faz a partir do seu trabalho sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado na conceituação do termo “formação ideológica”. E será da Arqueologia do saber que Pêcheux extrairá a expressão “formação discursiva” da qual a AD se apropriará, submetendo-a a um trabalho específico” (BRANDÃO, 1996, p. 18).

No início dos anos de 1980, segundo Maingueneau (2000, p. 71), “a corrente que privilegiava os procedimentos analíticos que desestruturavam os textos” teve suas bases teóricas progressivamente marginalizadas. Apesar disso, podemos falar da Escola francesa como um conjunto de pesquisas em análise do discurso que, sem pertencer a uma mesma escola, compartilham de algumas características:

- Estudam, a priori, *corpus* “escritos”, discursos que apresentam um interesse histórico;
- refletem sobre a inscrição e a participação do Sujeito no seu discurso;
- fazem uso das teorias da enunciação lingüística

(principalmente através de autores como Benveniste ou Culioli);
- privilegiam o papel do interdiscurso.

INTERTEXTUALIDADE E POLIFONIA

Intertextualidade: definições

Em Koch (2004, p. 145), temos que “a intertextualidade constitui um dos grandes temas a que se tem dedicado a *Lingüística Textual*”. A autora nos diz que a intertextualidade *strictu sensu* ocorre quando um texto (intertexto) está inserido em outro produzido anteriormente, o qual faz parte da memória social ou dos interlocutores. Para Koch (2004), “ ‘a descoberta’ do intertexto torna-se crucial para a construção do sentido” (p. 147). Os intertextos, geralmente, são trechos de obras literárias, de músicas populares conhecidas ou textos bastante divulgados na mídia, chamadas de programas humorísticos de rádio ou TV, provérbios, frases feitas, ditados populares, etc.. Tais textos fazem parte da memória coletiva (social) da comunidade, o que faz com que sejam acessados, geralmente, com facilidade quando se dá o processamento textual – embora, é evidente que não há nenhuma garantia de que isso realmente acontecerá.

Genette (1982, p. 8), apud Maingueneau (2000, p. 87), “prefere chamar de transtextualidade a intertextualidade à qual ele confere um valor mais restrito”. Ele estabelece uma tipologia dessas relações transtextuais:

- intertextualidade: suposição da presença de um texto em um outro (por citação, alusão...);
- paratextualidade: refere-se às adjacências do texto propriamente dito, sua periferia (títulos, prefácio, ilustrações, encartes, etc.);
- metatextualidade: são os comentários de um de um texto por um outro texto;
- arquitextualidade: mais abstrata, põe um texto em relação com as diversas classes às quais ele pertence (por exemplo, um poema encontra-se em relação de arquitextualidade com a classe dos sonetos, dos poemas, das obras líricas etc.);
- hipertextualidade: é a operação pela qual um texto (dito hipotexto) insere-se sobre um texto anterior (dito hipertexto), não se tratando de um comentário. “Isso recobre os fenômenos de transformação (paródia, transformação, transposições) ou de imitação (pastiche, falsificação...)” (MAINGUENEAU, 2000, p. 88).

“Assim como o interdiscurso, o termo intertexto é freqüentemente

empregado para designar um conjunto de textos ligados por relações intertextuais: diremos, por exemplo, que a literatura da Pléiade e a literatura antiga formam um intertexto” (MAINGUENEUAU, 2000, p. 88). Em Maingueneau (1984, p. 83, apud MAINGUENEUAU, 2000, p. 88), é feita uma distinção entre intertextualidade e intertexto:

o intertexto é o conjunto dos fragmentos citados num determinado *corpus*, enquanto que a intertextualidade é o sistema de regras implícitas que submetem esse intertexto, o modo de citação que é julgado legítimo na formação discursiva da qual depende esse *corpus*. Assim a intertextualidade do discurso científico não é a mesma do discurso teológico, uma e outra variam de uma época a uma outra. Podemos distinguir uma intertextualidade interna (entre um discurso e aqueles do mesmo campo discursivo) e uma intertextualidade externa (com os discursos de campos discursivos distintos, por exemplo entre um discurso teológico e um discurso científico).

“O texto redistribui a língua. Uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos, que existiram ou existem ao redor do texto considerado e, por fim, dentro dele mesmo; todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis” (BARTHES, 1974, apud KOCH, 2000, p. 46). Isso significa que todo texto é um objeto heterogêneo, que revela as relações profundas de seu interior com seu exterior; evidentemente, fazem parte desse exterior outros textos que lhe dão origem, que o condicionam, com os quais dialoga, aos quais alude, ou se opõe.

Conforme postula Koch (2000, p. 46):

Foi esta a razão que levou BEAUGRANDE & DRESSLER (1981) a apontarem, como um dos padrões ou critérios de textualidade, a intertextualidade, que, segundo eles, diz respeito aos modos como a produção e recepção de um texto dependem do conhecimento que se tenha de outros textos com os quais ele, de alguma forma, se relaciona. Essas formas de relacionamento entre textos são (...) bastante variadas (KOCH, 2000, p. 46).

Maingueneau (1976, p.39), apud Koch (2000, p.47), afirma ser o intertexto um componente decisivo das condições de produção: “um

discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição”.

Também a comparação de textos produzidos em determinada cultura pode permitir encontrar propriedades de forma e estrutura, comuns a determinados gêneros ou tipos – “intertextualidade de caráter tipológico” (KOCH, 2000, p. 48).

Tipos de Intertextualidade

Segundo Koch (2000, p. 48-49), temos vários tipos de intertextualidade, sendo que os mais comuns são:

a) De conteúdo X de forma/conteúdo: ocorre intertextualidade de conteúdo, por exemplo, entre textos científicos de uma mesma área ou corrente do conhecimento, que se servem de conceitos e expressões comuns, já definidos em outros textos daquela área ou corrente; entre matérias de jornais (e da mídia em geral), no mesmo dia ou período de tempo em que dado assunto é focal; entre diversas matérias de um mesmo jornal sobre tal assunto; entre textos literários de uma mesma escola ou de um mesmo gênero (por exemplo, as epopéias). Tem-se intertextualidade de forma/conteúdo, por exemplo, quando o autor de um texto imita ou parodia, tendo em vista efeitos específicos, estilos, registros ou variedades de língua, como é o caso de textos que reproduzem a linguagem bíblica, a de determinado escritor ou de um dado segmento da sociedade.

b) Explícita X Implícita: A intertextualidade é explícita, quando há citação da fonte do intertexto, como acontece no discurso relatado, nas citações e referências; nos resumos, resenhas e traduções; nas retomadas do texto do parceiro para encadear sobre ele ou questioná-lo, na conversação. A intertextualidade implícita ocorre sem citação expressa da fonte, cabendo ao interlocutor recuperá-la na memória para construir o sentido do texto, como nas alusões, na paródia, em certos tipos de paráfrase e de ironia.

c) Das semelhanças X das diferenças: Na intertextualidade das semelhanças, o texto incorpora o intertexto para seguir-lhe a orientação argumentativa e, freqüentemente, para apoiar nele a argumentação (por exemplo, na argumentação por autoridade). Maingueneau (1987), apud Koch (2000, p.49), fala aqui de valor de captação. Em se tratando de intertextualidade das diferenças, o texto incorpora o intertexto para ridicularizá-lo, mostrar sua improcedência ou, pelo menos, colocá-lo em questão (paródia, ironia, estratégia argumentativa da concessão ou concordância parcial). É o que Maingueneau (1987), apud Koch (2000, p. 49), denomina valor de subversão.

d) Com intertexto alheio, com intertexto próprio ou com intertexto atribuído a um enunciador genérico: Alguns autores reservam a denominação de intertextualidade apenas para o primeiro caso, utilizando para o segundo o rótulo de intra – ou autotextualidade. Por seu turno, atribuem-se a um enunciador genérico, enunciações que têm por origem um enunciador indeterminado, as quais fazem parte do repertório de uma comunidade, como é o caso dos provérbios e ditos populares. Ao usar-se um provérbio, produz-se uma “enunicação-eco” de um número ilimitado de enunciações anteriores do mesmo provérbio, cuja verdade é garantida pelo enunciador genérico, representante da opinião geral, da “vox populi”, do saber comum da coletividade (2000, p. 49).

Polifonia

O conceito de polifonia foi introduzido nas ciências da linguagem por Bahktin, em 1929, para caracterizar o romance de Dostoiévski. Para Bahktin, é o dialogismo que constitui a linguagem, pois a palavra o produto da relação entre falante e ouvinte, emissor e receptor. Cada palavra expressa o ‘um’ em relação com o outro. A forma verbal de cada um acontece a partir do ponto de vista da comunidade a qual pertence. O Eu se constrói constituindo o Eu do Outro, sendo por este constituído (BAKHTIN, 1981).

Para Maingueneau, a polifonia é “(...) várias ‘vozes’ se exprimem sem que nenhuma seja dominante” (2000, p. 109). Mais amplamente, o autor diz que a problemática polifônica pode ser integrada a fenômenos de ordem textual, como o pastiche, a paródia, o provérbio... “Quando enunciamos um provérbio, damos, na verdade, seu enunciado como assegurado por uma outra instância, a “Sabedoria das nações”, que trazemos à cena na palavra e da qual participamos indiretamente, enquanto membros da comunidade lingüística” (MAINGUENEAU, 2000, p. 110).

Koch (2000, p. 50) nos afirma que Ducrot (1980, 1984) trouxe o termo para a pragmática lingüística, designando, dentro de uma visão enunciativa do sentido, as diversas perspectivas, pontos de vista ou posições que podem ser representadas nos enunciados. Para ele, o sentido de um enunciado pode ser definido como uma representação (teatral) de sua enunicação. Nesse âmbito, movem-se as personagens – que seriam as figuras do discurso – podendo ser representadas em diversos níveis:

a) locutor – “responsável” pelo enunciado. (Ducrot distingue ainda entre locutor enquanto tal – L – e locutor enquanto pessoa —);

b) enunciadorees – encenações de pontos de vista, de perspectivas

diferentes no interior do enunciado.

Mainueneau (2000, p. 109-110) baseia-se em Ducrot (1984) para fazer uma distinção entre sujeito falante, locutor e enunciador.

O sujeito falante é um ser empírico, o indivíduo que enuncia fisicamente o enunciado; o locutor é um ser de discurso, a instância a quem é imputada a responsabilidade do enunciado. Assim, no discurso direto, o sujeito falante não se encarrega do discurso citado, mas se responsabiliza pela asserção segundo a qual alguém emitiu as proposições relatadas. Assim também, nos enunciados-eco, em que retomamos as proposições do interlocutor (A: “Você não tem cérebro”, B: Ah! Não tenho cérebro!...) o sujeito falante não é apresentado como responsável pelo enunciado-eco. No caso dos enunciados não embreados, há igualmente ausência de responsabilização, mas por um apagamento de qualquer locutor. A diferença que faz Ducrot entre locutor e enunciador é menos nítida. Ela é destinada a tratar dos fenômenos de não-responsabilização mais sutis, como a ironia ou a negação polêmica. Na ironia, por exemplo, o locutor se responsabilizará pelas “palavras”, mas não pelo “ponto de vista” que o enunciado defende: esse “ponto de vista” seria atribuído a uma personagem, o enunciador, encenado na enunciação irônica.

Mais amplamente, Mainueneau (1997) traz que “o falante é único, isto é, que cada enunciado só pode ser relacionado a um único autor, identificado como o locutor (oral ou escrito), aquele que diz eu, que é responsável pelo que enuncia” (p.76). Esse pressuposto é questionado por Ducrot no que se refere a certos fatos enunciativos. Para ele (apud MAINGUENEAU, 1997, p. 76), “há polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores”:

- O locutor é o ser responsável pelo enunciado, não coincidindo, necessariamente, com o produtor físico do enunciado: “se assino um formulário preparado pela Administração, do tipo “Eu, abaixo-assinado, declaro...”, o eu do locutor deste texto sou eu mesmo e, no entanto, não sou seu autor efetivo” (MAINGUENEAU, 1997, p. 76). Da mesma forma, na narrativa, existe um autor, mas o texto não indica o locutor que se responsabiliza por sua enunciação.

- O enunciador representa, por vezes, diante do locutor, a

representatividade do personagem diante do autor em uma ficção. “Os “enunciadores” são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que se lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas; efetivamente, eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista” (MAINGUENEAU, 1997, p. 77). Ou seja, o locutor pode pôr, em seu próprio enunciado, posições diferenciadas da sua.

Ainda sobre isso, Roulet et al (1985), apud Maingueneau (2000, p. 110), “faz uma distinção útil entre a diafania (retomada, nos discurso do locutor, de proposições efetivas ou virtuais de seu co-enunciador) e a polifonia propriamente dita (citação de proposições de outros enunciadores, de terceiros)”.

Tipos de polifonia para Ducrot

Koch (2000, p. 50-51) nos traz os vários tipos de polifonia propostos por Ducrot, sendo mais facilmente encontrados:

a) quando, no mesmo enunciado, se tem mais de um locutor – correspondendo à intertextualidade explícita (citações, referências, argumentação por autoridade, etc.);

b) quando, no mesmo enunciado, há mais de um enunciador, recobrando, em parte, a intertextualidade implícita, sendo, porém, mais ampla: basta que se representem, no mesmo enunciado, enunciadores que representam perspectivas diferentes, sem necessidade de se servirem de textos efetivamente existentes. Por isso é que Ducrot se refere à encenação (teatral) de enunciadores – reais ou virtuais – a quem é atribuída a responsabilidade da posição expressa no enunciado ou segmento dele.

c) O discurso indireto livre constitui também um caso interessante de polifonia. Nele, mesclam-se as vozes de dois enunciadores (na narrativa, personagem (E1) e narrador (E2)). Daí deriva a ambigüidade desse tipo de discurso, isto é, a dificuldade de distinguir o ponto de vista (perspectiva) de onde se fala.

Pode-se concluir com Koch (2000) que há coincidência, mas não total, entre os conceitos de intertextualidade e polifonia. Na intertextualidade, ou a fonte é claramente mencionada no texto que o traz ou o produtor do texto está presente; em situações de comunicação oral, temos provérbios, frases feitas e expressões estereotipadas, entre outros exemplos, de autoria anônima, mas que fazem parte de um repertório partilhado por uma comunidade de fala. No caso da polifonia, há presença de encenação, isto é, no texto aparecem vozes de enunciadores reais ou virtuais, que representam perspectivas, tipos e pontos de vista diversos,

com os quais o locutor se identifica ou não. Assim, o conceito de polifonia abrange o de intertextualidade, sendo todo o caso de intertextualidade um caso de polifonia, não sendo verdadeira o contrário.

Para a autora, o conceito de polifonia é mais amplo que o de intertextualidade. Enquanto nesta faz-se necessária a presença de um intertexto, cuja fonte pode ou não vir mencionada (o que se chama intertextualidade explícita ou intertextualidade implícita, respectivamente), aquela, tal como nos diz Ducrot (1980, 1984), exige, no texto, apenas representação e encenação teatral de perspectivas ou pontos de vista de enunciadores diferentes – “daí a metáfora do ‘coro de vozes’, ligada, de certa forma, ao sentido primeiro que o termo tem na música, de onde se origina” (2004, p. 154).

Assim, confirma-se que, do ponto de vista da construção de sentidos, todo texto é perpassado por vozes de enunciadores diferentes, que podem ou não ser concordantes, “o que faz com que se caracterize o fenômeno da linguagem humana, como bem mostrou Bakhtin (1929), como essencialmente dialógico e, portanto, polifônico” (KOCH, 2000, p. 57).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a realização do objetivo proposto por este trabalho, a análise de textos em que foram encontrados casos de polifonia e intertextualidade deu-se à luz da teoria proposta por Koch (2000), que trata, simultaneamente, das duas concepções.

Os trechos analisados foram retirados de publicações dos seguintes veículos: *Jornal Zero Hora*, de Porto Alegre, textos publicados no mês de outubro de 2004 (ABECHE, 2004; TAVARES, 2004; VERISSIMO, 2004a, 2004b) e *Jornal Diário de Santa Maria* (MAYER, 2005), da cidade de mesmo nome, textos publicados em janeiro do ano de 2005.

Não se buscou, entretanto, a análise integral dos textos escolhidos (em anexo), mas apenas das partes em que, por meio de conhecimento prévio, pode-se identificar a ocorrência da polifonia, da intertextualidade, ou de ambas ao mesmo tempo. Assim, na análise, alocaram-se primeiro os casos em que se encontrou apenas intertextualidade, após os casos em que se encontrou apenas polifonia e, por último, os casos em que as concepções aparecem simultaneamente, ou seja, na mesma passagem do texto. Todos os casos apresentados vêm acompanhados das respectivas explicações e justificativas, ou seja, onde está a intertextualidade ou a polifonia e por que se encaixa em uma e não em outra.

INTERTEXTUALIDADE E POLIFONIA NOS TEXTOS

Neste capítulo, após toda a referência teórica já apresentada, far-se-á uma análise de trechos de textos retirados de jornais, nos quais se pode encontrar ocorrências de intertextualidade e de polifonia.

Ressalta-se que as análises foram feitas utilizando-se apenas de Koch (2000) como referência, já que esta autora propõe uma tipologia bastante didática que não é proposta pelos outros teóricos referenciados no decorrer desta monografia e, em virtude também de que o autor do trabalho não tem autoridade suficiente para determinar tipologias sem basear-se em algum teórico proeminente no assunto.

Onde há intertextualidade

No texto *A vida de nossos mortos* (anexo C), encontramos a seguinte passagem:

(1) A frase na fachada do antigo templo positivista da Avenida João Pessoa, em Porto Alegre, talvez dê a resposta: “Os vivos são cada vez mais governados pelos mortos!”.

Conforme Koch (2000, p. 49), temos aqui um caso de intertextualidade explícita, pois há citação da fonte do intertexto, ou seja, uma referência que indica de onde o texto citado foi retirado. No caso, a referência, isto é, a indicação, é o templo positivista da Avenida João Pessoa de Porto Alegre, e o intertexto é a citação entre aspas.

Em *Maragatos e Chimangos* (anexo D), temos de intertextualidade já no título:

(2) *Maragatos e Chimangos*

É um caso claro de intertextualidade, já que ao lermos este título nos remetemos diretamente à Revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul no século XIX. Para Koch (2000, p. 49), teríamos, neste título, um caso de intertextualidade implícita, já que não há citação expressa da fonte, cabendo ao leitor, ou interlocutor, recuperar em sua memória o texto posto e o seu sentido.

Ainda em *Maragatos e Chimangos*, temos:

(3) *Portugueses contra espanhóis, farroupilhas contra imperiais,*

republicanos contra federalistas, borgistas contra libertadores. De onde virá a vocação do Rio Grande para esses históricos confrontos?

Mais uma vez, temos um caso de intertextualidade implícita, já que não há citação da fonte, sendo necessário, por isso, que o interlocutor recupere em sua memória o texto posto. Também há intertextualidade das semelhanças (KOCH, 2000, p. 49), pois o texto incorporou o intertexto para seguir seu curso, sua argumentatividade, a qual está amparada, necessita do intertexto. O texto em questão trata dos confrontos pelos quais passou o Rio Grande do Sul no curso de sua história, do espírito aventureiro e desbravador e combativo do povo gaúcho e das constantes “lutas” que continua empreendendo em busca da “luz” e do “progresso”. Assim, foram apresentadas, como argumento inicial, todas as guerras já vividas pelos gaúchos com o objetivo de respaldar o tema do texto.

No texto *Outras ondas* (anexo E), temos o seguinte caso de intertextualidade:

(4) Existem credos religiosos pegando carona na catástrofe para, dessa forma, melhor controlar o seu rebanho.

A passagem “controlar o seu rebanho” nos remete a pastores que controlam suas ovelhas e, ainda, ao credo católico, numa alusão a Jesus Cristo, que seria o pastor, e aos fiéis, que seriam seu rebanho.

Aqui, novamente seguindo Koch (2000, p. 49), podemos encontrar dois tipos de intertextualidade: o primeiro seria a intertextualidade implícita, já que não há citação de fonte alguma. Por conseguinte, cabe ao leitor estabelecer o sentido do texto por meio de seu conhecimento prévio; o segundo tipo seria a intertextualidade das diferenças, já que o texto incorpora essa passagem para ironizar o assunto em questão, ou seja, o fato de alguns religiosos ou pregadores tentarem subverter o significado da catástrofe (o maremoto), buscando, assim, que mais pessoas passem a crer em suas teorias e pregações.

Onde há polifonia

No texto *Crânio e Ossos* (anexo A), temos a seguinte passagem:

(5) Apesar do nome, *Crânio e Ossos*, e dos seus rituais secretos, a sociedade não é uma sinistra irmandade satânica que se reúne para tramar maldades – pelo menos que se saiba.

Notamos, aqui, dois casos de polifonia. O primeiro aparece logo no início, “apesar de”, o qual serve para introduzir uma perspectiva diferente da que tem o locutor quanto ao assunto, mesmo que em sua continuação, o enunciado tende a refutar a visão do locutor. Seria o que encontramos em Koch (2000, p. 55) denominado como enunciador E1, genérico ou representante de um grupo, ao qual se opõe o locutor. O mesmo acontece com o segundo caso de polifonia, “pelo menos que se saiba”, quando, novamente, aparece uma outra visão, como se fosse um outro locutor falando.

Ainda em *Crânio e Ossos*, podemos ver:

(6) Bush e Kerry têm passado e antecedentes familiares parecidos, mas, dos dois, foi Bush quem descumpriu as expectativas.

Em Koch (2000, p. 55), encontramos que o *mas* é um “operador argumentativo por excelência”, já que os enunciados que contêm *mas* e seus similares, bem como os que contêm operadores como *embora*, permitem introduzir a visão que não é – ou não é apenas – a do locutor, para, em seguida, contrapor-lhe, perspectiva para a qual o enunciado tende. É o que ocorre no exemplo (6), quando, ao utilizar, *mas* o locutor contrapõe a idéia precedente, fazendo com que o enunciado tome a tendência que lhe interessa destacar.

Crânio e Ossos nos traz mais um caso de polifonia. Vejamos o exemplo (7):

(7) Seja como for, teóricos de conspirações têm que trabalhar nas coincidências de os dois candidatos serem da mesma sociedade misteriosa.

Ao iniciar a construção com “seja como for”, o locutor expressa a sua perspectiva, para após, introduzir a informação como se outro enunciador, o E1, fosse o responsável pelo dito. Ou seja, há mais de uma voz que se expressa neste enunciado.

Em outro texto, *E na bateria...* (anexo B), encontramos:

(8) Agitação na platéia. O que teria havido? Qual era o problema?

Koch (2000, p. 52) traz que, “em enunciados nos quais ocorre o uso ‘metafórico’ do futuro do pretérito, (...) cuja responsabilidade não se assume”, temos um caso de polifonia com argumentação por autoridade,

quando a voz de um enunciador é encenada e, a partir dela, o locutor se identifica. Em “o que teria havido?”, temos uma outra voz, ou seja, o locutor encena, por meio da pergunta, a voz de um outro enunciador, que no caso seria a platéia, com a qual se identifica.

Em A vida de nossos mortos (anexo C), encontramos os seguintes casos de polifonia. São os exemplos (9), (10) e (11):

(9) Após 21 anos de ditadura militar, ele seria o primeiro civil a governar o Brasil e romper o autoritarismo, (...).

Como no exemplo (8), o uso do futuro do pretérito, usado com frequência na linguagem jornalística, introduz uma voz para argumentar um ponto de vista, voz com a qual o locutor se identifica, sem assumir, contudo, o que ela sugere.

(10) A sua morte pôs abaixo tudo o que fora pensado para a transição democrática, mas aceitamos a fantasia que dizia o oposto.

O operador argumentativo, mas, neste caso, permite uma perspectiva que não é a do locutor, ou apenas do locutor, o que pode também ser comprovado pela segunda pessoa do plural em “aceitamos”, ou seja, há vários locutores-enunciadores, com os quais o primeiro locutor se identifica, várias vozes proferindo o mesmo enunciado.

(11) Brizola foi o único político brasileiro com um referencial para a ação – o “trabalhismo” de Vargas, transformando-se em “socialismo-moreno”.

Aqui, a polifonia pode ser identificada através das aspas que, em Koch (2000, p. 53), são chamadas “aspas de distanciamento”. Um primeiro enunciador é encenado (E1), sendo responsável pelo enunciado; o segundo enunciador (E2=L) usa aspas para mencionar o que diz o primeiro, preservando-se, assim, da responsabilidade que o sentido da expressão aspeada traz ao todo do enunciado. Nesse caso, as aspas foram usadas em “trabalhismo” e “socialismo-moreno” para deixar explícito que os termos, e o que eles implicam, não são de responsabilidade do autor do texto, mas de um outro enunciador.

Temos mais dois casos de polifonia no enunciado de Outras ondas (anexo E).

(12) Parece que já se falou de tudo, mas a atenção da mídia ainda dará muito espaço para o maremoto que tirou a vida de mais de 150 mil pessoas na Ásia, nesse final de ano.

Em “parece que já se falou de tudo”, encontramos um caso de polifonia, já que em “enunciados introduzidos pelas expressões parece que, segundo X, etc.,” (KOCH, 2000, p. 52) o locutor encadeia um posicionamento pessoal, ou de um outro locutor, que aqui ocorre quando é introduzido o “mas”. Esse outro locutor, que aparece com o “mas” veio não para reforçar a posição do primeiro locutor, mas para refutá-la, tendência dos enunciados introduzidos por conetivos adversativos.

Onde há polifonia e intertextualidade

No texto E na bateria... (anexo B), lemos o seguinte:

(13) De certa forma, ele inaugurou o que a Jornada de Passo Fundo viria a ser depois, um show de literatura. Foi sua primeira estrela.

Nesta passagem do texto, o trecho “de certa forma” funciona como polifonia ao trazer, segundo Koch (2000, p. 51) a argumentação por autoridade, que acontece “quando se encena a voz de um enunciator a partir da qual o locutor, identificando-se com ele, argumenta”. Trata-se de um enunciado conclusivo, no qual o locutor utiliza a perspectiva da comunidade e dos valores nela estabelecidos para, então, prosseguir com sua conclusão.

A intertextualidade, por sua vez, ocorre em “show de literatura” e “primeira estrela”, termos muito utilizados no que se refere a acontecimentos de muita repercussão junto a um grande público, dos quais participam pessoas renomadas, celebridades.

Em A vida de nossos mortos (anexo C), temos o exemplo:

(14) De súbito nos tornamos órfãos de um pai que não chegamos a conhecer.

Ao que parece, neste caso, a intertextualidade e a polifonia acontecem pelo mesmo motivo, ou seja, pela presença de uma enunciação proveniente do repertório de uma comunidade, “cuja verdade é garantida pelo enunciator genérico representante da opinião geral, (...), do saber comum da coletividade” (KOCH, 2000, p. 50). Quanto à voz do enunciator

genérico, ou indeterminado, que é usada como representante da sabedoria popular, Koch (2000, p. 54) nos diz que o locutor pode aderir ou opor-se a ela. As pessoas, em determinados casos, utilizam-se com frequência do que nos traz o exemplo (14), que somos, ou em dadas circunstâncias, passamos a ser, “órfãos de um pai que não chegamos a conhecer”.

Maragatos e Chimangos (anexo D) nos traz duas passagens em que podemos ler intertextualidade e polifonia. Veja os exemplos (15) e (16):

(15) O confronto entre idéias e concepções nos enriqueceu sobremaneira.

Neste enunciado, a intertextualidade e a polifonia acontecem da mesma forma como aconteceu no exemplo (14), isto é, há uma enunciação, garantida por um enunciador genérico, que provém do repertório de uma comunidade, do saber comum da coletividade, neste caso, sendo aderida pelo locutor. Ouvimos, com frequência, as pessoas defenderem e enaltecerem as diferenças, “viva as diferenças”, “nem todo mundo é igual”, “são as diferenças das pessoas que nos fazem progredir, avançar, mudar nossas opiniões”, etc., e é nisso que reside a polifonia e a intertextualidade do exemplo (15).

(16) Que vencedor e vencido sejam respeitados, pois a experiência nos ensina que o mundo dá muitas voltas e mudam rapidamente os papéis que desempenhamos em nossas vidas.

Aqui, mais uma vez, temos a presença do enunciador genérico, ou indeterminado, que representa, em sua enunciação, a sabedoria de um povo, a crença de uma comunidade. Comumente falando, o que o exemplo (16) significa em nosso cotidiano é que “o mundo dá voltas”, “hoje você está no topo, amanhã pode estar no fundo do poço”, “aqui se faz, aqui se paga”, etc., sabedoria popular na qual residem, simultaneamente, polifonia e intertextualidade.

O próximo trecho foi retirado de Outras ondas (anexo E):

(17) (...) “do jeito que as coisas estão, só pode ser castigo de Deus!”.

Novamente, a coincidência entre intertextualidade e polifonia se dá pela presença de um enunciador genérico que profere um enunciado proveniente do repertório de uma comunidade, algo parecido com “Deus não mata, mas castiga”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em alguns casos, há clara divisão entre o que é a intertextualidade e o que é a polifonia, em outros não. Ao que parece, nesses casos em que não temos certeza entre uma e outra, a teoria nos diz que pode ser tanto uma ou outra, ou, melhor ainda, as duas. Neste estudo, foi o que ocorreu no item em que foram avaliados os casos nos quais há, ao mesmo tempo, polifonia e intertextualidade, ou seja, aqueles que são construídos com base na sabedoria de uma coletividade.

Koch (2004, p. 154) nos diz que “o conceito de polifonia é mais amplo que o de intertextualidade”. Na análise feita neste trabalho, o que ficou claro é que a polifonia, além de ser mais ampla, pois como se viu, incorpora a intertextualidade no momento em que traz o texto de um outro enunciador, é mais recorrente, talvez, pela maior liberdade que dá ao locutor de expressar tudo o que pensa, sem, no entanto, responsabilizar-se claramente pelo que diz ou escreve, se necessário.

Talvez em estudos futuros, algo venha a esclarecer e delimitar melhor as fronteiras entre as duas teorias, mas, neste estudo, após a análise feita, pudemos perceber que, se existem fronteiras, não são bem delimitadas, pelo contrário, muito tênues, para o que corrobora Koch (2004) quando diz que a intertextualidade é uma das manifestações mais importantes da polifonia. De qualquer forma, em se tratando de uma ou de outra, teremos a inevitável presença do outro (outro enunciador, outro texto, outro locutor) no ato comunicacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABECHE, Alberto Mantovani. **Maragatos e Chimangos**. Zero Hora, Porto Alegre, 25 out. 2004.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2.^aed. Trad. Bras. São Paulo: Hucitec, 1981 (original russo: 1929).

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 5.^aed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 4^a.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção de sentidos**. 3^a.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 2^a.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3^a.ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Lingüística do texto: o que é e como se faz**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

MAYER, Celina Fleig. **Outras ondas**. Diário de Santa Maria, Santa Maria, 18 jan. 2005.

ORLANDI, Eni. **A análise do discurso: algumas observações**. In. Delta, Vol. 2, nº 1, 1986.

TAVARES, Flávio. **A vida de nossos mortos**. Zero Hora, Porto Alegre, 31 out. 2004.

VERISSIMO, Luiz Fernando. **E na bateria...** . Zero Hora, Porto Alegre, 21 out. 2004a.

_____. **Crânio e ossos**. Zero Hora, Porto Alegre, 25 out. 2004b.